

**Partido Popular (1979-1982): uma efêmera experiência partidária em
meio à transição democrática**

Rafael Moreira Dardaque Mucinhato

Trabalho preparado para apresentação no V Seminário Discente da Pós-Graduação
em Ciência Política da USP, de 4 a 8 de maio de 2015

Partido Popular (1979-1982): uma efêmera experiência partidária em meio à transição democrática¹

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar uma primeira análise de uma efêmera experiência partidária brasileira que até então não foi estudada pela historiografia política: o Partido Popular (PP). O partido surge a partir da reforma partidária de 1979 e se extingue antes mesmo de seu primeiro teste eleitoral, sendo incorporado ao PMDB. Ocupando o centro do espectro partidário durante a sua existência, a literatura aponta que sua extinção se deu pela sua dificuldade em se adequar à nova legislação eleitoral, reformada a partir do “Pacote de Novembro” de 1981, mas há evidências que podem apontar para uma nova interpretação sobre este acontecimento político.

Palavras-chave: partidos políticos, Partido Popular, transição democrática

Abstract: The main goal of this article is to present a first analysis of an ephemeral party experience in Brazil that has not been studied yet by political historiography: the Partido Popular (PP). The party was organized after the 1979 party reform and was extinguished even before its first electoral test, being incorporated into the PMDB. Occupying the center of the party spectrum during its existence, the literature indicates that its extinction was due to its difficulty to adjust to the new electoral law, reformed after the "Pacote de Novembro" in 1981, but there is evidence that may point to a new interpretation of this political event.

Keywords: political parties, popular party, democratization

1. Introdução²

A existência de um sistema partidário e dos partidos que o compõe são elementos fundamentais para a manutenção de um regime democrático representativo. Em função disso, os partidos

¹ Este artigo representa um recorte da pesquisa desenvolvida em meu mestrado, sob orientação do Professor André Singer, a respeito das consequências da incorporação do Partido Popular ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. A dissertação teve como título “Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982” e encontra-se disponível no banco de teses da USP para consulta.

² Agradeço à Professora Maria do Socorro Braga, docente do Departamento de Ciências Sociais, pelos apontamentos a respeito do tema deste artigo quando da minha defesa do Mestrado.

políticos brasileiros há muito tem sido objeto de estudo por parte da ciência política, em geral sob três enfoques principais.

No primeiro deles, parte da literatura analisou o desempenho dos partidos no cumprimento de sua função mediadora entre eleitores e sistema político (Braga & Pimentel Jr, 2011; Braga & Kinzo, 2007; Carreirão & Kinzo, 2004; Veiga, 2007; entre outros). Em outro, autores destacaram o importante papel dos partidos na estruturação do jogo político na arena governamental, tanto no Poder Legislativo quanto no Poder Executivo (Figueiredo & Limongi, 1999, 2007; Melo & Câmara 2012; Power & Zucco, 2011; Amorim Neto 2000, 2007; entre outros). Por fim, há os chamados “estudos monográficos”, cujo enfoque se detém em um partido político por meio de abordagem nacional ou regional (Benevides, 1981; Kinzo, 1988; D’Araújo, 1996; Hippolito, 2012; Ribeiro, 2010, entre outros).

O enfoque monográfico surgiu na literatura brasileira no início dos anos 1980 e desde então tem contribuído para a compreensão dos partidos que compuseram o sistema político brasileiro em diferentes momentos históricos³.

Os primeiros anos do pluripartidarismo restabelecido em 1979 compreendem um recorte de tempo riquíssimo para se analisar a origem dos partidos políticos e o seu desenvolvimento num país em processo de democratização. Um período único de nossa história no qual combinaram-se a extinção forçada de um sistema bipartidário artificial com a liberalização da formação de partidos

³ A respeito do período democrático de 1946-1964 podemos citar, entre outras: a obra de Benevides (1981) a respeito da UDN; a obra de Lúcia Hippolito (2012) a respeito do PSD; os estudos de Andréa Loyola (1980), Benevides (1989), D’Araujo (1996) e a dissertação de Martins Jr. (2001) a respeito do antigo PTB; a obra de Sampaio (1982) sobre o PSP; e a respeito do PDC ver Vianna (1978). Sobre o período 1965-1979 ver Kinzo (1988) a respeito do MDB e Grinberg (2009) a respeito da ARENA. Por fim, sobre o período pós-1979 ver: sobre o PT, Meneguello (1989), Keck (1991), e Ribeiro (2010) entre outros; sobre o PSDB ver Roma (1997) e Marques e Fleischer (1999); sobre o PPB ver Almeida (2004); sobre o PMDB ver Mucinhato (2015) e sobre o PFL/DEM ver Ribeiro (2011).

políticos, muitos dos quais permanecem no cenário político até hoje.

Com essas colocações em mente, o objetivo deste artigo será reconstruir a história de uma efêmera, porém importante, experiência partidária que se deu em meio ao processo de redemocratização brasileiro e que até agora não foi estudada a fundo: o Partido Popular (PP). Procuramos nesta pesquisa traçar o seu perfil ideológico e o seu processo de aproximação e posterior incorporação ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) às vésperas do seu primeiro teste eleitoral em 1982. A literatura aponta que a extinção do partido se deu pelas dificuldades em se adequar à nova legislação eleitoral materializada no “Pacote de Novembro” de 1981. Porém, sendo o terceiro maior partido no Brasil naquele momento, há evidências que serão apresentadas neste texto que podem levar a uma nova interpretação deste processo.

2. Fundação, posicionamento ideológico e organização nacional

O PP representa um partido bastante específico de nossa história política. Relevante no cenário parlamentar durante sua curta existência, o partido nunca foi objeto de estudo por parte da Ciência Política (Marques e Fleischer, 1999, p. 16) e se extinguiu antes mesmo de ter sido testado eleitoralmente, representando uma efêmera experiência partidária em meio ao processo de abertura política. Seu Manifesto de Fundação data do final de 1979 e sua extinção oficial se deu no princípio de 1982, quando o TSE homologa sua incorporação ao PMDB.

O objetivo subjacente dos dois principais estrategistas do governo Figueiredo, o então Ministro da Justiça Petrônio Portella e o Ministro-chefe do Gabinete Civil Golbery do Couto e Silva

quando elaboram e encaminham seu anteprojeto de reforma partidária ao Congresso em 1979, era o de criar um sistema que contivesse cinco partidos no máximo, dividindo a oposição e mantendo os governistas dentro de um só partido. Com um pluripartidarismo “moderado”, articular-se-ia a criação de um partido de centro que atuasse como uma “oposição confiável” e que poderia possivelmente compor com o partido do governo nas futuras eleições em nível federal, mas que poderia dividir as forças de oposição em nível estadual (Fleischer, 1988, p. 77). Esse partido seria uma articulação do “centro liberal” na visão de Sadek (1993, p. 16), congregando dissidentes arenistas e moderados emedebistas para ocupar um espaço partidário até então inexistente desde a criação do bipartidarismo.

Em 20 de dezembro de 1979, o então presidente João Baptista Figueiredo sanciona a Lei n. 6.767 extinguindo os partidos criados com base no Ato Complementar n. 4 (MDB e ARENA), por não preencherem os requisitos da nova lei⁴. Extinguia-se assim o artificial bipartidarismo, impondo-se a articulação de novos partidos políticos até que a lei fosse efetivamente regulamentada pelo TSE.

Surgem naquele momento seis partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Popular (PP), os dois Partido Trabalhista Brasileiro (os PTB Brizolista e o Varguista, que disputam a legenda em um primeiro momento), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Social (PDS)⁵. O governo logrou assim seu objetivo de dividir as oposições e manter a maioria dos deputados que o apoiava organizados em torno de apenas um partido (o PDS).

⁴ A lei em sua íntegra encontra-se no link www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html acessado em 27/06/2013.

⁵ Para uma cronologia do debate sobre a reformulação partidária de 1978 a 1979 e as propostas de criação de outros partidos, ver Kinzo (1980).

Ao longo do processo de reforma partidária, o PP acaba se materializando como o partido de centro que o regime buscava criar para ocupar esse espaço do espectro político-partidário⁶. A literatura de Ciência Política sobre os partidos brasileiros apresenta algumas características dispersas, atribuídas a esse partido. Na visão de Keck (1991, p. 108), o PP representou a agremiação das elites mais conservadoras da antiga oposição (que se agrupava em torno do MDB). Para Schmitt (2000, p. 49) o partido seria equidistante da situação pedessista e da oposição peemedebista. Lima Jr. (1993, p.27) acha que o PP fez parte de um processo de acomodação das elites na mesma linha que seguiram futuramente PFL e PSDB: antes que o barco afunde, é melhor trocá-lo. A mesma visão é corroborada por Hagopian (1996, p. 216), para quem “o PP promoveu uma oportunidade de pular de um navio que naufragava para aterrissar em terra firme” (tradução minha). Para Carlos Estevam Martins (entrevista ao Folhetim, 24/02/1980, p. 6), o PP era o único partido que se apresentava como alternativa real de poder, perfeitamente aceitável pelo sistema burocrático-militar, pelo fato de ser uma alternativa dentro das classes dominantes (como demonstra a composição da primeira Executiva Nacional do partido, analisada no final deste tópico).

Os depoimentos de alguns políticos da época reproduzem a ideia acerca da localização do partido no centro do espectro político-partidário, à direita do PMDB e à esquerda do PDS. Nas palavras de Olavo Setúbal, presidente do PP paulista, o partido seria o “fiel da balança”⁷ das futuras eleições, um “algodão entre cristais (no caso, PDS e PMDB)”⁸, “um partido de centro, que tem um diálogo à esquerda e à direita”⁹. Na visão de Herbert Levy,

⁶ Sobre os primeiros debates em torno da criação de um partido de centro durante o ano de 1979, ver reportagem publicada na *Revista Veja*, edição 562, 13 jun. 1979, p.20-21

⁷ *Jornal da Tarde*, 12/11/1980.

⁸ *Revista Veja*, edição 694, 23 dez. 1981, p.3-4-6

⁹ *Folha de S. Paulo*, 11/05/1981, p.4

fundador do Partido Popular, “seu propósito (ao coordenar uma dissidência da Arena) era formar um partido de centro, liberal, equidistante dos extremos, capaz de realizar uma política de justiça social sem demagogia”¹⁰. E finalmente, para Tancredo Neves, um dos principais articuladores do partido, “o PP seria o partido da reordenação institucional do Brasil, na lei e na ordem, sem ódios nem revanchismos. [...]. Seria o instrumento de transição pacífica do regime autoritário para o democrático”¹¹.

Os dados a respeito da nova composição partidária do Congresso após a Reforma Partidária demonstram qual foi o perfil daqueles que formaram os novos partidos, com o PDS tornando-se o novo partido governista, e PP e PMDB tornando-se os principais “recortes” do que foi um dia o MDB. Entre os três principais partidos (PDS, PMDB e PP), o Partido Popular era o que apresentava a composição mais equilibrada entre políticos que haviam composto os extintos MDB e Arena. Como pode se notar nas tabelas a seguir, 59% de sua bancada na Câmara dos Deputados era composta por ex-emedebistas e 41% por ex-arenistas. No Senado a proporção era exatamente de 50% de ex-emedebistas e 50% de ex-arenistas. Essa composição equilibrada entre os dois partidos extintos demonstra que a característica atribuída ao PP por Trindade (1985, p. 20), de ser uma junção de governistas e opositoristas, encontra respaldo na realidade empírica.

Tabela 1. Composição da Câmara dos Deputados após a Reforma Partidária de 1979

	Partidos dissolvidos				
	Arena		MDB		Total
Novos partidos	N	% do total	N	% do total	N
PDS	193	89,77%	22	10,23%	215
PMDB	6	5,22%	109	94,78%	115

¹⁰ Folha de S. Paulo, 14/03/1982, p.10

¹¹ Folha de S. Paulo, 16/08/1980, p. 4

PP	28	40,58%	41	57,97%	69
PTB	3	75%	1	25%	4
PDT	0	0%	10	100%	10
PT	0	0%	5	100%	5
Indecisos	1		1		
Total	189		231		420

Fonte: Kinzo (1988, p. 209)

Tabela 2. Composição do Senado Federal após a Reforma Partidária de 1979

	Partidos dissolvidos				Total
	Arena		MDB		
Novos partidos	N	% do total	N	% do total	
PDS	35	97%	1	3%	36
PMDB	2	9%	20	91%	22
PP	4	50%	4	50%	8
Indecisos			1		1
Total					67

Fonte: Schmitt (2000, p. 51)

No recém-inaugurado pluripartidarismo, o PP, assim como todos os outros partidos que buscariam se organizar, passa por um longo processo de regularização perante a Justiça Eleitoral. O partido inicia um processo de arregimentação de parlamentares necessários para a elaboração de seus primeiros documentos públicos ainda durante o recesso parlamentar. Na prática, a Lei n. 6.767 impunha três etapas a serem cumpridas para que um partido entrasse efetivamente em funcionamento: a Fundação (constituição de uma Comissão Nacional Provisória, redação de Manifesto, Estatuto e Programa e pelo menos nove Comissões Regionais Provisórias), a Organização (criação de Comissões Provisórias Municipais e a realização das Convenções Municipais, Regionais e Nacional) e o Funcionamento (adesão mínima de 47 parlamentares ou obtenção de 5% do total da votação nacional, com 3% ao menos em no mínimo 9 estados nas eleições de 1982).

O primeiro documento público emitido pelo partido data de 20 de dezembro de 1979, mesma data em que a lei de reforma partidária fora sancionada. Trata-se de um Programa Básico conciso, com 28 pontos programáticos e que coloca o partido como oposição ao governo, fazendo críticas às políticas institucional, econômica e social do regime. O Programa apresenta uma série de pontos que aproximam PP e PMDB (como a defesa das eleições diretas para todos os cargos) porém, desde suas origens ambos partidos procuraram se diferenciar ideologicamente naquele novo cenário pluripartidário que surgia, cada qual procurando ocupar o seu espaço. Enquanto o PMDB defende em seu programa a convocação de uma Assembleia Constituinte, no PP este tema não é consensual e não é citado. O Programa divulgado pelo PMDB argumenta que deve haver mais participação popular nas esferas de decisão e participação política (incluindo os partidos políticos), enquanto que esse ponto não é tocado no Programa do PP. Ademais, no campo econômico, enquanto o PP reivindica a restrição do “capitalismo estatal” apenas aos setores indispensáveis, o PMDB coloca como condição fundamental para o cumprimento de seu programa a restrição apenas ao Estado do poder decisório sobre o campo econômico¹².

Ainda em princípios de 1980, o falecimento do Ministro Petrônio Portella, um dos principais articuladores do PP, afeta a estratégia do governo de reformulação partidária ao deixar “órfãos” um bloco de políticos que o havia seguido rumo ao PP. Ademais, com a adesão expressiva de dissidentes arenistas ao Partido Popular, o regime muda sua estratégia e passa então a procurar fortalecer o seu partido, sugando quadros de PP e PMDB num

¹² Para outras diferenças entre os dois programas, ver o editorial “Programas Partidários” da *Folha de S. Paulo* de 23/12/1979.

período de grande flutuação nas filiações¹³. Dessa forma, os principais partidos de oposição perdem muitos de seus políticos em seus primeiros meses, aliciados pelas forças governistas¹⁴.

Os dois principais articuladores do PP desde o início de sua formação foram o Deputado e ex-governador de Minas Gerais Magalhães Pinto (diretor do Banco Nacional, forte eleitoralmente e economicamente desde os tempos de UDN - Benevides, 1981, p. 232) e o Senador Tancredo Neves (ex-PSD no período pré-64). A força organizativa principal do partido era definitivamente Minas Gerais (Hagopian, 1996, p. 216-217), mas também o Rio de Janeiro, o que acaba por deixar o PMDB para trás nesses dois estados. Ademais, outras lideranças locais importantes contribuíram para a construção do partido em outros estados. Entre os ex-oposicionistas, pertencentes ao extinto MDB, temos: no Rio de Janeiro o governador Chagas Freitas (que levou consigo boa parte da bancada fluminense do MDB para o PP¹⁵); em Santa Catarina, o senador Evilásio Vieira; em Pernambuco o Deputado Federal Thales Ramalho e no Rio Grande do Norte o ex-deputado federal Aluísio Alves. Entre os políticos ex-arenistas que articularam o PP muitos haviam sido ex-governadores nomeados pelo Regime Militar: no Estado de São Paulo, o ex-governador Paulo Egídio, o ex-prefeito da capital Olavo Setúbal (proprietário do Banco Itaú), o ex-presidente da Arena paulista Cláudio Lembo e os Deputados Federais Herbert Levy e Caio Pompeu; no Rio Grande do Sul, o ex-governador Sival Guazzelli; no Paraná, o ex-governador Jaime Canet; em Goiás, o ex-governador Irapuan Costa Júnior e na Bahia, o ex-governador Roberto Santos (inimigo político do grupo liderado por Antônio Carlos Magalhães do PDS).

¹³ Com a reabertura do Congresso em 1980, o primeiro “bloco parlamentar” congregando aqueles que pretendem se filiar ao PP era composto por 81 deputados e 8 Senadores. Em dezembro de 1980 esse número era de 66 Deputados e 10 Senadores.

¹⁴ Ibrahim Abi Ackel, Deputado Federal e futuro sucessor do Ministro da Justiça Petrônio Portella é um desses casos, que flerta com o PP mas acaba por aderir ao partido do governo.

¹⁵ O que gera inclusive uma disputa pela herança da antiga sede do MDB Fluminense.

Seguindo o seu processo de regulamentação, em 10 de Janeiro de 1980 o PP elegeu em sua primeira reunião oficial os integrantes da Comissão Nacional Provisória do partido. Integram a Comissão: os Deputados João Menezes (do Pará), Miro Teixeira (Rio de Janeiro, nomeado Secretário Geral Provisório), Magalhães Pinto (Minas Gerais, Presidente Honorário), Senadores Tancredo Neves (Minas Gerais, nomeado também como Presidente Provisório), Alberto Silva (Piauí), Afonso Camargo (Paraná), Evelásio Vieira (Santa Catarina), Gastão Muller (Mato Grosso), ex-governador Aluisio Alves (Rio Grande do Norte), ex-governador Roberto Santos (Bahia) e o ex-prefeito Olavo Setúbal (São Paulo).

Alguns dias após a reunião, Cláudio Lembo publica editorial na Folha de S. Paulo com caráter de manifesto, divulgando qual seria o perfil ideológico do PP:

“Entre os equívocos verificados, nestes últimos 15 anos, encontra-se um, em termos de nação, fundamental. [...] Este engano foi o sufocamento das raízes liberais existentes no Brasil. [...] Com o surgimento oficial do bipartidarismo em 1966, este segmento liberal da sociedade foi esmagado. [...] Esta violência gerou, desde logo, o aparecimento de duas facções. [...] Daí surgiu o radicalismo. A situação tornou-se insustentável. A nação exigiu reformas. [...] É neste exato instante que se recorporifica o pensamento liberal”.

“Agora, pois, quando o pesadelo do autoritarismo vai se esvaindo – e os liberais jamais se calaram – figuras idôneas da vida pública vão se reagrupando, em torno dos ideais liberais modernos, e vai surgindo, em cada

município, de maneira espontânea, e nos parlamentos, como situação jurídica formal, o PP, Partido Popular”.

“Os liberais, já declarados, pedem, agora, aos seus iguais, ainda silenciosos, que venham se juntar a eles para a manutenção dos princípios comuns.”¹⁶

Durante todo o ano de 1981 o PP procura se estruturar nacionalmente e acaba por se tornar um partido com amplas bases municipais. No primeiro semestre daquele ano, o partido realiza suas Convenções nos três níveis exigidos pela legislação para se regulamentar formalmente junto ao TSE: em 29 de março as convenções municipais e distritais, elegendo diretórios em 2145 municípios, em 19 Estados da Federação; em 3 de maio as Convenções Estaduais em 18 estados; e finalmente, no dia 7 de junho, a sua Convenção Nacional, na qual são escolhidos os membros do Diretório Nacional do Partido (com 68 políticos membros e 22 suplentes) e ainda os cargos de direção definitivos de sua Executiva Nacional.

É digno de nota que entre os 19 políticos que faziam parte de seu órgão máximo de direção, 12 eram ex-filiados a Arena e sete eram ex-filiados ao MDB:

Presidente: Tancredo Neves

Presidente de Honra: Magalhães Pinto*

1º Vice-presidente: Aluisio Alves

2º Vice-presidente: Paulo Egídio*

3º Vice-presidente: Affonso Camargo

Secretário-geral: Miro Teixeira

1º Secretário: João Linhares*

¹⁶ Por que PP?, *Folha de S. Paulo* 20/03/1980, pag. 3.

2º Secretário: Jorge Vargas*

1º Tesoureiro: Gastão Muller*

2º Tesoureiro: Alberto Silva*

Vogais: João Menezes, Antônio Mariz*, Celso Carvalho*,
Antônio Moraes

Suplentes: Carlos Sant'Ana*, Márcio Macedo, Rubem
Figueiró*, Louremberg Nunes Rocha*, Lúcia Viveiros*

Fonte: Pedido de Registro Definitivo – RGP nº 40 –
Resolução/TSE nº 11.075

*Ex-arenistas

Superada a etapa da realização de suas Convenções, no dia 26 de junho de 1981 o PP ingressava junto ao TSE com a documentação necessária para a obtenção de seu registro definitivo¹⁷, sendo esse aprovado pelo Tribunal em 10 de setembro de 1981¹⁸. Porém, concomitantemente, intensificavam-se as conversas entre as cúpulas do PP e do PMDB visando uma possível fusão nacional entre os dois grupos.

3. Aproximação com o PMDB: o princípio do fim

Institucionalmente, há uma gradual aproximação entre PP e PMDB que começa em meados de 1980. Num contexto de certa desconfiança por parte do PMDB¹⁹, são sobretudo os políticos mineiros que encabeçam o processo. O senador Itamar Franco, presidente do PMDB naquele estado e parte dos políticos que se autodenominavam como sendo os “não-alinhados” daquele partido, de tendência mais liberal, estabelecem um canal de diálogo com o PP, sobretudo através dos deputados Carlos Cota e Luis Leal, do

¹⁷ O PP tornou-se assim o quarto partido a requerer seu registro definitivo, tendo sido precedido por (pela ordem): PDS, PMDB e PTB.

¹⁸ Pedido de Registro Definitivo – RGP nº 40 – Resolução/TSE nº 11.075

¹⁹ Talvez por conta do posicionamento do PP em algumas votações polêmicas, como, por exemplo, a posição do partido em votar a favor de mensagem que autoriza a visita do então Presidente Figueiredo ao Chile, governado por Pinochet (votação em 24 de setembro de 1980). E também pelos discursos de alguns políticos do PP que apoiam um diálogo mais intenso com o governo nos anos de 1980 e 1981.

PP mineiro²⁰. Cria-se neste estado a Comissão Interpartidária das Oposições justamente para estabelecer uma articulação entre os dois partidos. Além disso, outros políticos também procuram articular a fusão a partir das bases, como o senador Humberto Lucena, da Paraíba, que reúne as bancadas estaduais dos dois partidos ainda em outubro de 1980 com o intuito de criar entendimentos entre as lideranças locais visando as futuras eleições.

Cabe ressaltar que a aproximação entre os partidos não se restringia apenas ao PP e ao PMDB. Num período de grande flutuação dos quadros e de muitas incertezas quanto ao contexto no qual se realizariam as eleições de 1982 (além do temor de que elas pudessem ser canceladas, tal como foram as de 1980), os líderes dos partidos oposicionistas mantem contatos frequentes para debater possíveis fusões caso haja mudanças repentinas na legislação eleitoral.

O processo de aproximação entre PP e PMDB se intensificava ou diminuía de acordo com as medidas adotadas pelo governo²¹. Num contexto de grande insegurança institucional, conforme o Regime sinaliza com alterações “casuísticas” na legislação eleitoral (que viriam a se materializar posteriormente no “Pacote de Novembro”), os dois partidos passam a dialogar mais, temendo mudanças que os prejudiquem ou até os inviabilizem²².

Em finais de 1980, a Executiva do PP se reúne para debater pela primeira vez a proposta de fusão. Naquele momento, tanto a cúpula do PMDB (que rechaçava fortemente alguns quadros do PP) como alguns políticos do PP (como seu presidente de honra,

²⁰ Para uma descrição dos grupos que formam o PMDB naquele momento ver Mucinhato (2015).

²¹ Entrevista de Magalhães Pinto à *Folha de S. Paulo*, 1/10/1980, p.4.

²² A literatura que trata a respeito do regime militar classifica como “casuismo” todas as medidas implantadas com o intuito de beneficiar o partido governista, seja a ARENA no período 1965-79, ou o PDS, de 1979 a 1984.

Magalhães Pinto, que argumentava - com razão - que a legislação apenas permitia a fusão de partidos que estivessem registrados) rechaçavam a proposta.

O tema de uma possível Reforma Eleitoral permanece em debate durante todo o ano de 1981 e os três principais partidos, PDS, PMDB e PP, debatem as inúmeras propostas em discussão. O PP, em princípio, apresenta posição ambígua quanto ao tema (exemplo disso é o seu presidente, o senador Tancredo Neves, que argumenta que apoia uma modificação no sistema eleitoral do país, para adequá-la ao sistema pluripartidário, mas sem casuísmos²³). Mas, em resposta às propostas de reforma do governo, os partidos de oposição se unem e apresentam um anteprojeto unificado, sugerindo uma Emenda Constitucional, uma Lei Complementar e dois projetos de lei que reformulariam o Sistema Eleitoral vigente sem que o partido governista pudesse se beneficiar das mudanças.

Conforme o governo sinaliza que não irá apoiar qualquer forma de coligação no seu projeto de reforma para as futuras eleições, a tese de fusão total das oposições ganha força. Surge no Congresso o “Movimento Pró-fusão das Oposições”, congregando mais de 150 deputados e senadores de PP e PMDB que elaboram um documento intitulado “Fora da Fusão não há salvação”, mais uma vez reafirmando sua ideia de unirem-se. Entre os que assinam o documento estão o Senador Itamar Franco, o Deputado Roberto Cardoso Alves, do PMDB paulista e Herbert Levy, vice-líder do PP. Apesar desse amplo apoio de suas bancadas a proposta não conta com o apoio de algumas das lideranças dos dois partidos, principalmente as do PMDB²⁴, que no discurso, argumentavam que preferiam aguardar pela definição do governo quanto à reforma

²³ *Folha de S. Paulo* 11/01/1981, p. 5

²⁴ Ulysses Guimarães declara que “Nem sabe o que fará com o documento quando lhe entregarem” e Pedro Simon argumenta que a proposta “não pode partir de agremiações que estão prestes a obter seu registro definitivo do TSE, como é o caso do PMDB.” *Estado de São Paulo*, 23/05/1981, p. 4

eleitoral que estava por vir. Após a coleta de assinaturas, o documento é entregue à apreciação dos presidentes de PP e PMDB como forma de pressão das representações dos partidos para com suas respectivas cúpulas mas ambos presidentes ainda encaram a fusão com ressalvas em meados de 1981²⁵.

Em resposta à pressão de suas bancadas, os presidentes de PP e PMDB decidem reunir-se no recesso parlamentar de Julho de 1981 e convocar os presidentes dos outros partidos em formação para discutir a proposta de fusão de todas as oposições em torno de um “Novo MDB”. Antes da reunião, a Executiva Nacional do PMDB se reúne e emite uma nota na qual “aceita a reaglutinação de todas as siglas oposicionistas através de um pacto que preserve as propostas partidárias já colocadas”. Por sua vez, o PP alega que vai à reunião “desarmado, sem posições e reivindicações”, nas palavras de seu presidente Tancredo Neves²⁶.

Na reunião, ocorrida na sede da seção paulista da OAB, estão presentes representantes de PP, PMDB, PTB e PT, cada qual com seu respectivo presidente e mais algumas figuras proeminentes²⁷. Na ocasião, o Deputado Roberto Cardoso Alves, um dos principais articuladores da união das oposições na Câmara dos Deputados, é impedido de participar da reunião principal, mas isso não o impede de apresentar à imprensa a proposta de “incorporação” dos outros partidos ao PMDB ao invés de uma fusão de todas as oposições. A proposta já possuía certa base concreta pois no dia 10 de julho o PP havia anunciado sua extinção no Estado de Mato Grosso do Sul e a transferência de todos os seus militantes para o PMDB. No mesmo sentido, em novembro, o

²⁵ Enquanto Ulysses se mostra contrário à fusão por conta dos entraves burocráticos, Tancredo argumenta que o governo poderá promover um retrocesso no processo de abertura política ao sentir-se ameaçado de perder o controle deste processo. *Folha de S. Paulo*: 11/06/1981, p. 5

²⁶ *Estado de S. Paulo* 15/07/1981, p. 4

²⁷ O PDT decide não enviar representantes, argumentando que não sentaria à mesa para dialogar com o PTB, classificado por Brizola como o “PTB Golberyano” - *Folha de S. Paulo* 11/07/1981, p. 4.

mesmo processo ocorreria em outros dois estados: em Sergipe, com a adesão dos Deputados Federais Tertuliano Azevedo e Celso Carvalho e do Senador Gilvan Rocha (que também detinha a 2ª Vice Presidência da casa) ao PMDB e ainda na Paraíba, com um acordo entre os partidos para definir suas candidaturas ao cargo de Governador e aos cargos legislativos. Era o início do processo de aproximação das bases regionais dos partidos.

Como resultado da reunião, os partidos oposicionistas emitem uma nota, definindo quais serão os objetivos das oposições em sua atuação conjunta e por fim, apontam: “Com vistas a estes objetivos, os partidos de oposição manifestam o seu propósito de prosseguir, em novos encontros, na elaboração de um plano de atuação em comum e, se necessário, de promover a sua completa unidade de ação”²⁸. Estava aberto assim um canal de diálogo entre as oposições, deixando aberta a possibilidade de uma fusão total dos partidos a depender do que o governo definisse em sua futura reforma eleitoral.

4. Um novo “Pacote” põe fim ao PP

No segundo semestre de 1981, após o retorno do recesso parlamentar, governo e oposição apresentam na Câmara seus projetos de Reforma Eleitoral e reacendem os debates acerca das regras que estarão em vigência para o pleito de 1982. São meses de impasses no Congresso Nacional e não há consenso nem mesmo dentro do próprio PDS a respeito de quais serão as regras vigentes no jogo eleitoral, com inúmeras reuniões de negociação entre o Ministro da Justiça Ibraim Ackel, o Ministro da Casa Civil Leitão de Abreu e os líderes partidários, com obstruções e “rachas” nas bancadas do Congresso. Até que no dia 25 de novembro, poucos dias antes do recesso de fim de ano de 1981, o Presidente Figueiredo convoca seus ministros para uma reunião extraordinária.

²⁸ A íntegra do documento se encontra no ANEXO 1.

Ao final, Carlos Atila, porta-voz do governo, anuncia à imprensa: “Diante dos impasses das negociações com as oposições, o Presidente Figueiredo tomou a decisão de propor (sic) a sua Reforma Eleitoral”²⁹. Tornam-se públicas dessa forma as novas Leis Eleitorais que iriam reger as futuras eleições numa clara demonstração de que o Poder Executivo e o Regime queriam manter as rédeas do processo de abertura, num momento no qual o PDS se mostrava cada vez menos coeso³⁰. Como consequência, rapidamente se intensifica o processo de aproximação nacional entre PP e PMDB, que já se iniciara no plano regional.

A imposição desta nova reforma eleitoral em novembro de 1981 ficaria conhecida na história política brasileira como o “Pacote de Novembro”, sendo o primeiro passo de mais uma série de casuísmos do Regime Militar visando beneficiar o partido do governo nas futuras eleições³¹. Porém, diferentemente da Reforma Partidária de 1979, que visava a criação de novas legendas com a divisão das oposições, a consequência principal desta vez seria a extinção de uma sigla partidária (o PP) e o fortalecimento de uma sigla oposicionista (o PMDB).

O pacote impôs uma série de medidas que deveriam ser adotadas para as futuras eleições, algo que a oposição já temia desde o início de 1981³². O Pacote acabaria por ser aprovado apenas por decurso de prazo no ano seguinte, mas já impunha para as futuras eleições: a vinculação do voto do eleitor em todos os níveis, sob pena de nulidade do voto (obrigatoriedade de voto no

²⁹ O texto integral da nota do Palácio do Planalto encontra-se reproduzido no ANEXO 2

³⁰ Exemplo disso foi a rejeição da emenda proposta pelo governo que estendia as sublegendas para as eleições para o cargo de governador. A votação contou com dissidências no partido governista e as oposições lograram assim rejeitar a medida.

³¹ O Pacote se transforma na Lei 6978/1982 e sua íntegra se encontra no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L6978.htm

³² A oposição há muito tentava evitar que novos casuísmos pudessem afetar as eleições de 1982 em favor do governo. O senador peemedebista Itamar Franco apresenta em 1981 uma proposta de lei complementar impedindo qualquer modificação na legislação eleitoral a menos um ano antes das eleições, mas a proposta foi arquivada.

mesmo partido em todos os níveis, lembrando que pelo fato das eleições de 1980 terem sido adiadas, seriam eleitos agora: vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais, senadores e governadores); obrigatoriedade dos partidos apresentarem candidatos para todos os cargos em disputa (o que na prática proibia coligações e alianças partidárias); a condição de não-desistência das candidaturas a governador, sob pena de nulidade dos votos dados ao Partido³³. O governo “sugeriu” também que a bancada do PDS fechasse questão em torno destas e outras medidas que já tramitavam no Congresso naquele momento³⁴.

Após o anúncio do Pacote a primeira reação pública dos partidos de oposição é uma nota elaborada por parte de suas bancadas no Senado, fonte dos primeiros entendimentos das oposições visando à fusão meses antes. Na nota, repudiam a decisão do governo de suspender as negociações que vinham em curso e apontam a fusão de todas as oposições como uma solução possível³⁵. No fim do mesmo dia, PMDB, PP e PDT também emitem notas oficiais repudiando a ação do governo e anunciando que irão se reunir e convocar as lideranças dos outros partidos para discutir a proposta de fusão das oposições.

Apesar das reações, a tese de fusão total das oposições em torno de um só partido, algo como um “novo MDB”, perde força gradativamente. Primeiramente pelo longo caminho jurídico a ser percorrido: juristas consultados apontavam que o processo de fusão poderia terminar apenas em meados de 1982, pouco antes do pleito. Ademais, alguns fatores contribuíram para afastar os partidos menores da proposta de fusão: o anúncio do governo de que

³³ Múltiplas fontes foram usadas para a análise do impacto do “Pacote de Novembro” sobre os partidos naquele momento: *Folha de São Paulo*-26/11/1981, *Estado de S. Paulo*-26/11/1981, *Revista Veja* Edição n. 691, 2/12/1981 e Coluna Castello Branco publicadas no *Jornal do Brasil* nos dias 26,27 e 28/11/1981.

³⁴ Caso o PDS aprovasse o “Fechamento de questão” em seu Diretório Nacional, o parlamentar que votasse contra a orientação do governo poderia perder o seu mandato. A medida visava também a aprovação de outras medidas já em tramitação como, por exemplo, a criação do Estado de Rondônia.

³⁵ O texto integral da nota se encontra no ANEXO 3.

proporá uma série de medidas visando promover a existência destes partidos (por exemplo, estipulando que nos municípios onde os partidos não estivessem organizados o eleitor poderia votar apenas nos cargos estaduais e federais); além da postura reticente de algumas lideranças em torno da proposta de fusão total das oposições (líderes do PT e PDT descartavam o uso da fusão como uma “ação política de curto prazo”, que visava apenas as eleições de 1982, e adotavam como discurso o fortalecimento dos seus próprios partidos no longo prazo visando disputas eleitorais futuras).

Conforme a tese de fusão total das oposições passa a se mostrar inviável, a tese de uma fusão apenas entre PP e PMDB passa a ganhar força rapidamente no mês de dezembro de 1981, transformando-se em uma proposta de “incorporação” do primeiro ao segundo por conta do prazo mais curto para ser implementada. A proposta é feita pela cúpula de ambos partidos mas não há unanimidade sobre a solução proposta. No nível regional, alguns diretórios se mostravam inteiramente contra o processo de incorporação feito através de acordo entre as cúpulas³⁶.

Apesar das dificuldades regionais, a tese da incorporação ganha simpatia nas cúpulas de ambos partidos, sendo analisada pelo PMDB em sua 2ª Convenção Nacional, nos dias 5 e 6 de dezembro de 1981, com o mesmo ocorrendo com o PP em reunião da sua Comissão Executiva Nacional em conjunto com os presidentes dos Diretórios Regionais, no dia 10 de dezembro. Como resultado, seguindo os passos apontados pelos juristas consultados, PP e PMDB decidem iniciar o processo de incorporação e convocam

³⁶ Por exemplo, no caso do PP, o seu diretório paulista não aceitava a proposta, alegando que já estava em campanha para a candidatura de Olavo Setúbal ao governo do estado e que contava com uma rede organizativa suficiente para ultrapassar a barreira de votos necessária para se manter existindo. Da mesma maneira, o diretório fluminense do PMDB, que contava com uma forte ala de esquerda, não aceitava compartilhar da mesma sigla que a “máquina chaguista” do PP, que seria incorporada ao partido naquele estado. Sobre o “Chaguismo”, ver Diniz (1982) e Sarmento (2002).

seus partidos a realizarem na mesma data suas respectivas Convenções Nacionais, com o intuito de homologar o processo³⁷.

As Convenções se realizam no dia 20 de dezembro e evidenciam os focos de contrariedade ao processo naqueles que seriam os estados mais difíceis para uma nova acomodação das elites locais sob a mesma sigla partidária. O acordo estipulado entre os partidos é de que a composição do Diretório Nacional do “novo PMDB” será proporcional à representação de ambos partidos em nível federal, sendo que o mesmo critério seria aplicado aos Diretórios Regionais de acordo com as representações em cada Assembleia Estadual. A proposta serve para apaziguar interesses dos dois partidos em certos estados mas os entraves (políticos e ideológicos) do processo se mantem em debate.

Ao final das Convenções a tese de incorporação é finalmente aprovada por ambos partidos em nível nacional. Na Convenção do Partido Popular, na qual eram necessários 156 votos a favor da proposta (maioria absoluta de 311 votos dos convencionais), o resultado da votação é de 162 votos a favor e 96 contra (expressão das divisões no partido quanto a proposta). No PMDB, dos 503 votos convencionais possíveis, a tese deveria obter metade dos votos daqueles presentes e assim o fez, alcançando 331 votos a favor e 41 contra. Os convencionais fluminenses reafirmaram sua posição e votaram inteiramente contrários à proposta³⁸.

No dia 14 de fevereiro de 1982, PP e PMDB realizam enfim uma Convenção Nacional Conjunta contando com os membros de ambos partidos para referendar a incorporação do primeiro ao segundo e definir a nova composição do Diretório Nacional do PMDB. A votação da Convenção é expressiva: dos 673 presentes, a

³⁷ No Anexo 4 encontra-se uma nota emitida pelo PP justificando sua extinção.

³⁸ *Folha de São Paulo*, 21/12/1981, p. 4

proposta recebe 635 votos a favor³⁹. Na mesma ocasião são eleitos os novos membros do Diretório Nacional, composto por 69 membros (46 peemedebistas e 23 pepistas), e da Executiva Nacional do “Novo PMDB”, que iria dirigir o partido até dezembro de 1983. Restava apenas aguardar pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral para que este homologasse a decisão e, enfim, no dia 2 de março o Tribunal Superior Eleitoral aprova o processo por 4 votos a 2 (apesar das inúmeras manobras do governo e de pepistas descontentes com a incorporação⁴⁰). Estava dado o último passo para o processo de incorporação de um partido ao outro. Extinguia-se assim o Partido Popular, uma efêmera experiência partidária da história política brasileira. O projeto partidário de Golbery e Petrônio Portella para a criação de um partido que ocupasse o centro do espectro partidário e que pudesse se coligar com o partido governista estava assim enterrado, incorporado ao PMDB.

5. Considerações finais: incorporação necessária ou pragmática?

A incorporação foi um evento inesperado para o Regime Militar, que procurava a todo custo manter o controle do processo de abertura “lenta, segura e gradual”. A proibição das coligações, efeito implícito do Pacote de Novembro, acabou por gerar uma “coligação eterna” entre seus dois maiores adversários eleitorais e o Palácio procurou barrar esse processo. Porém, com a homologação da incorporação, alguns efeitos colaterais também foram gerados e que podem ter feito com que o governo tolerasse essa união: primeiramente os espólios gerados para o PDS, que contava com uma minoria escassa na Câmara e viu seu partido

³⁹ *Revista Veja*, edição 703, 24 fev. 1982, p.20-22.

⁴⁰ A primeira delas já se deu quando ainda ocorriam as primeiras reuniões entre representantes dos partidos para estudar a proposta de incorporação, sendo um projeto de lei do Deputado Jorge Arbage (PDS-PA), proibindo fusões e incorporações entre partidos que tivessem menos de 3 anos de existência.

crescer com aqueles descontentes com a incorporação (a representação do partido governista na Câmara foi de 214 para 221, assegurando a maioria para o governo durante o ano de 1982)⁴¹; e em segundo lugar a recusa dos pequenos partidos a participar do processo, mantendo-se o pluripartidarismo.

Não encontramos na literatura qualquer análise aprofundada sobre o processo de incorporação do PP ao PMDB. Temos apenas algumas considerações gerais sobre o processo e em sua totalidade elas apontam que a incorporação se deu em decorrência das dificuldades colocadas pelo governo para a participação do PP nas eleições de 1982 (Kinzo, 1988, p.212; Kinzo, 1989, p.9; Kinzo, 1993, p. 39; Melhem, 1998, p. 262; Delgado, 2006, p.210; Ferreira, 2001, p. 156; Ferreira, 2006, p. 193). O Partido Popular teria, de acordo com esses estudos, dificuldades em apresentar candidatos para todos os cargos e vencer a barreira do voto vinculado em seu primeiro teste eleitoral (Segrillo, 2005, p. 123; Melhem, 1998, p. 81), sendo, assim, inviável eleitoralmente. Esse discurso também se encontra em alguns atores políticos da época, como Olavo Setúbal, presidente do PP paulista, que argumentava que o Pacote beneficiaria demais o PDS, impedindo que o centro do espectro partidário crescesse: “Embora o pacote não tivesse por objetivo eliminar o PP, na prática deu-lhe um golpe mortal. O PP se propunha a ocupar o centro, e o centro só pode existir se não houver maioria absoluta – com ela, o partido majoritário ocupa esse espaço. Não sobra nada”⁴².

Porém, há evidências que nos levam a crer que outros motivos podem ter contribuído para incentivar a incorporação,

⁴¹ Lideranças importante também migraram para o partido governista nesse processo, como os deputados Thales Ramalho, que classificava a incorporação como “uma estupidez” - *Revista Veja*, edição 694, 23 dez. 1981, p.23 - e Herbert Levy, que argumentava que “a ausência de um partido como o PP representa um mal para a efetiva consolidação democrática do país” - *Folha de São Paulo*, 4/2/1981, p.1 - , assim como Magalhães Pinto, Paulo Egídio e Claudio Lembo

⁴² Entrevista à *Revista Veja*, edição 694, 23 dez. 1981, p.3-4-6

culminando em novas interpretações para esse processo. PP e PMDB representavam os dois maiores partidos de oposição naquele momento, com as maiores redes de diretórios entre os partidos de oposição. O Partido Popular havia eleito diretórios em 2.145 municípios, em 19 Estados da Federação, cobrindo mais de 55% dos municípios brasileiros e tornando-se o terceiro maior partido em número de bases municipais. Assim, no campo da oposição, ambos PP e PMDB eram os partidos que apresentavam maiores condições de superar as barreiras colocadas pelo novo Código Eleitoral⁴³. Além disso, o PP possuía no momento de sua incorporação a terceira maior bancada em representação na Câmara e no Senado (com 67 deputados federais e 8 senadores no momento de sua extinção⁴⁴), tendo também grandes chances de eleger parte dos governadores da oposição em 1982 (alguns de seus políticos lideravam as pesquisas eleitorais em alguns estados, como no Amazonas, com Gilberto Mestrinho e em Minas Gerais, com Tancredo Neves).

A partir destas informações, podemos acrescentar três considerações aos motivos apontados pela literatura a respeito da extinção do PP. Em primeiro lugar, o processo de incorporação do partido ao PMDB se inicia ainda quando da apresentação do “Pacote” ao Congresso, num momento de incerteza quanto à sua tramitação. Não havia consenso no PDS em torno das propostas de reforma eleitoral e o partido ainda não havia se decidido quanto ao “fechamento de questão”. Ademais, o governo teria dificuldades de reunir sua bancada num momento de vésperas de recesso parlamentar e num contexto em que o governo possuía escassa maioria a sua aprovação não estava garantida.

⁴³ A exigência de uma porcentagem mínima de votos para existência legal dos partidos só seria derrubada em Junho de 1982, após a incorporação já ter sido levada a cabo.

⁴⁴ *Folha de S. Paulo*, 17/11/1981, p. 4, 3/01/1982, p.8, e 6/03/1982, p. 4

Em segundo lugar, devemos considerar que a incorporação representou também uma ação concreta frente às tentativas do governo de dividir as oposições e fazê-las lutar entre si em 1982, um lance estratégico para enfrentar o casuísmo da vinculação de votos (Benevides, 1986). Os dois partidos unidos, em um contexto no qual as oposições vinham crescendo gradativamente a cada eleição, representava uma “concentração de forças” eleitoral forte, capaz de fazer frente à rede organizativa do partido do governo. Aumentava-se assim a perspectiva de vitória das oposições no futuro pleito e possivelmente de uma representação maior no Colégio Eleitoral de 1984, que elegeria o sucessor do presidente Figueiredo.

Por fim, acrescentaríamos também uma orientação “pragmático-eleitoral” que se restringiu à ação de apenas esses dois partidos oposicionistas. Ainda que ambos se mantivessem separados, teriam grandes chances de eleger fortes bancadas no Congresso e alguns governadores de estado em 1982. Mas com a proibição das coligações, teoricamente, as oposições seriam forçadas a disputarem entre si os votos oposicionistas e estariam se prejudicando mutuamente. Nesse sentido ambos optam por unirem-se numa situação na qual os custos de perder alguns pleiteantes aos cargos (com as necessárias negociações para decidir quais seriam os candidatos do “novo PMDB”) seriam superiores aos custos de se manterem isolados numa disputa entre si e contra o governo. Tancredo Neves, um dos articuladores da incorporação, reproduz esse argumento em uma declaração à Folha de S. Paulo. Quando questionado se “a incorporação irá além de 15 de novembro ou se tem apenas um sentido eleitoral”, sua resposta é clara: “A primeira etapa da incorporação é, evidentemente, de natureza eleitoral, porque este é o fato político predominante de 1982”⁴⁵.

⁴⁵ Entrevista a *Folha de S. Paulo*, 14/02/1982, p. 5

Assim, guiados por uma série de incentivos, e não apenas pelas dificuldades impostas pela nova legislação, partidários do PP decidem incorporar-se ao PMDB visando unir suas forças para as eleições de 1982. Ademais, com o processo de incorporação, uma nova ala se formaria dentro do PMDB em nível nacional, liderada por Tancredo Neves (futuro presidente eleito) e mais moderada que a composição apresentada pelo PMDB até aquele momento, que passaria a fazer frente à esquerda do partido. Um processo que teria consequências nacionais e regionais para o “Novo PMDB” que surgia mas sua análise excede os limites deste texto.

ANEXO 1

“Queremos eleição livre”

A declaração assinada pelos presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães; do Partido Popular, Tancredo Neves; do Partido dos Trabalhadores, Luís Ignácio da Silva; e pela ex-deputada Ivete Vargas, pelo PTB, na íntegra, é a seguinte:

“A situação econômica e social do Brasil atinge gravidade sem precedentes em nossa história. A taxa de inflação nunca cresceu tanto, a dívida externa nunca foi tão elevada e os índices de desemprego nunca atormentaram tanto os trabalhadores e assalariados que constituem a maioria do povo.

O governo vem-se mostrando incapaz de tomar medidas objetivas que tirem o País da depressão econômica. Além disso, tem-se mostrado impotente, como se vê pelo episódio do Riocentro e pela indefinição das leis eleitorais, de resolver o impasse político. Preocupado que está em manter o poder sem sustentação legítima na sociedade, faltam-lhe condições para conduzir a democratização do País.

Em face dessa situação, os partidos de oposição, reunidos neste primeiro encontro em São Paulo, respeitadas a individualidade de cada um, manifestam a sua disposição de atuar em conjunto para assegurar a participação do povo no encaminhamento do processo de democratização. Preocupam-se não só em combater o casuísmo eleitoral que a Nação já rejeitou, mas também em abrir perspectiva de um regime democrático estável, sob a vigência de uma Constituição emanada direta e livremente da vontade do povo, dotado da capacidade de atender as demandas da sociedade.

Assim, os partidos de oposição dirigem-se à Nação para propor a união de todos, consciente e eficaz, em torno dos seguintes objetivos:

Eleições diretas em todos os níveis e restabelecimento das prerrogativas do Congresso;

Legislação eleitoral verdadeiramente democrática que respeite a liberdade de organização e funcionamento de partidos representativos de todas as correntes de pensamento político; eliminação dos dispositivos antidemocráticos que restringem a elegibilidade dos cidadãos.

Revogação das atuais leis de Segurança Nacional e de Imprensa e demais instrumentos de exceção, desativando-se os organismos de repressão política.

Extensão do direito de voto aos analfabetos.

Garantia de uma organização sindical livre da tutela do Estado.

Garantia do pleno exercício do direito de greve.

Por uma política de emprego que atenda a todos os setores assalariados da sociedade.

Por uma política justa de distribuição de rendas.

Por uma política econômica que elimine os privilégios concedidos às empresas de grande porte, às multinacionais e ao capital financeiro, visando ao fortalecimento do mercado interno.

Democratização do Poder Judiciário, para torná-lo acessível aos cidadãos, principalmente aos de baixa renda, e, também, eficiente, rápido e seguro na distribuição da Justiça.

Com vistas a estes objetivos, os partidos de oposição manifestam o seu propósito de prosseguir, em novos encontros, na elaboração de um plano de atuação em comum e, se necessário, de promover a sua completa unidade de ação, visando a garantia de sua presença, como parte legítima e essencial, do processo de democratização do País”.

ANEXO 2

“Encaminhei ao Congresso Nacional projetos de lei dispendo sobre modificações na legislação eleitoral. Diante das dificuldades verificadas na tramitação desses projetos, autorizei negociações para que, mediante acordos, se editassem, desde logo, as alterações nas regras concernentes ao pleito eleitoral de 1982. As negociações não surtiram, porém, até aqui, quando iminente fim da sessão legislativa, o efeito desejado.

Diante do impasse criado, resolvi adotar, quando ao pleito de 1982, a seguinte decisão, que tem por fim não só resolver o problema institucional que o quadro político apresenta, como imprimir maior rigor às linhas estruturais do pluripartidarismo, consagrado pela Constituição Federal:

- 1- O voto será vinculado em todas as eleições municipais, estaduais e federais, majoritárias ou proporcionais.
- 2- Será indeferido o registro da chapa em que não se inscreverem conjuntamente candidatos a todas as eleições.
- 3- O voto será dado, obrigatoriamente, em todos os casos, e sob pena de nulidade, aos candidatos de um só partido político.
- 4- A desistência da candidatura dependerá de pedido simultâneo do candidato e do partido. A desistência, tácita ou expressa, da candidatura a governador importará a anulação dos votos dados ao partido.
- 5- A Justiça Eleitoral disporá quanto ao processo de votação.
- 6- Recomendo que o PDS feche a questão, na forma da lei, não só em torno dessa decisão – que, com suas regras complementares, será objeto de projeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, nos termos do art. 51, parágrafo 2, da Constituição, como também as proposições, em trânsito no Congresso, relativas as modificações na Lei de Inelegibilidades e criação do Estado de Rondônia.”

ANEXO 3

As bancadas dos partidos de oposição do Senado, sob impacto da decisão do presidente da República, general João Batista de Oliveira Figueiredo, anunciando um rude golpe de caráter institucional destinado a impedir a livre manifestação popular nas eleições de 82, ao mesmo tempo que manifestam seu total repúdio à infeliz e lamentável decisão presidencial, em reunião conjunta resolveram:

- 1- Propor aos presidentes de todos os partidos de oposição a realização de uma imediata reunião objetivando:
 - a) Ampla campanha de mobilização popular em defesa do voto livre em conjunto com entidades representativas da sociedade civil;
 - b) A fusão das oposições num novo e grande partido, iniciando o processo com a designação de uma comissão interpartidária;
 - c) Obstrução total dos trabalhos parlamentares no Senado e na Câmara, no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais, ressalvados os projetos de excepcional interesse público e popular, a critério das lideranças oposicionistas.
- 2- Iniciar desde logo a obstrução total dos trabalhos parlamentares no Senado Federal

ANEXO 4

Da decepção à união

“O Partido Popular (PP) é uma Idéla vitoriosa desde o momento de sua fundação. Não há porque disfarçar a decepção que nos atingiu na hora difícil em que travávamos da peleja leal na defesa de princípios essenciais do estado de Direito e do regime democrático.

Admittimos fossem sinceras as palavras governamentais que davam por finda a triste experiência autoritária e anunciavam compromissos novos com a implantação da democracia no Brasil.

Dedicamos mais de um ano de persistentes esforços na organização de um partido, que fugindo ao radicalismo emocional das posições extremas, exprimissem, nesta fase de transição, as melhores aspirações de transformações políticas, sociais e econômicas, com a eficácia necessária para reordenar a vida constitucional, eliminar as injustiças do sistema econômico e inserir nos benefícios do desenvolvimento as multidões excluídas das mínimas condições de bem-estar.

Nem o clima de indefinições institucionais deliberadamente-mantido, apesar de todos os reclamos, nem a desenvoltura com que os beneficiários do arbítrio ameaçavam paralisar e fazer retroceder a lenta e trôpega caminhada, para preservar os interesses ilícitos do Poder a qualquer preço, foram suficientes para esgotar as nossas reservas de crença na fidelidade do governo aos propósitos reiteradamente renovados. Até o momento em que a Nação, aturdida, viu o Congresso Nacional, receber, sob a pressão da questão fechada e do expediente do decurso de prazo, numa convocação extraordinária, a imposição de votar uma reforma eleitoral que põe a nu dois objetivos antes pressentidos: o anunciado pluripartidarismo era apenas a fórmula de dividir as oposições para esmagá-las; o voto só seria livre na medida em que não ameaçasse, pela vontade do povo, a posse do Poder por aqueles que o usufruem sem a aprovação nacional.

Estes propósitos estão claramente definidos no chamado “pacote” eleitoral, posto sobre a cabeça do Poder Legislativo, numa atoarda de insinuações, ameaças, intimidações humilhantes e desmoralizadoras.

Face a esta violência, e com o intuito legítimo e exclusivo de resguardar, na defesa do voto popular, as aspirações de que nós fizemos intérpretes, só nos restou, na precariedade do quadro legal vigente, e em prazos imperativos que não permitiram sequer a consulta às bases municipais, a alternativa de incorporar a legenda do Partido Popular (PP), à do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), colocando, sobre nossas eventuais diferenças de programas e estratégias, o interesse maior de assegurar ao povo a oportunidade de fazer prevalecer a sua vontade sobre os condicionamentos e pressões aparentemente legais que lhe são impostas.

Não se alteram, ao adotarmos a única saída legal que nos é permitida face às eleições, os nossos compromissos com a democracia, com os anseios e as necessidades de reorganização institucional, de transformação pacífica das nossas estruturas. Não temos a intenção nem a veledade de confrontos insensatos e inúteis entre ponderáveis parcelas do povo e a armadura do Poder. Não aceitamos que o País tenha que ser dirigido, por tempo indeterminado, por um só grupo de homens privilegiados. Nem que seja este o objetivo da ação política quando a Nação se defronta com a angústia de graves problemas sociais e econômicos.

Queremos, apenas, defender o espaço que conquistamos, entre todos os sacrifícios, em nome da confiança de nossos eleitores, espalhados por milhares de municípios brasileiros. E aguardar, com os restos quase esgotados de nossa fé em que o Brasil não retroceda aos dias de arbítrio opressor, a hora própria em que se possam organizar e exprimir livremente, no verdadeiro pluripartidarismo, as tendências naturais da opinião pública como fonte autêntica em que se alimente o regime democrático.”

Fonte: Folha de São Paulo – 11/12/1981, p.4

Bibliografia

ALMEIDA, L.C. 2004. *PPB: origem e trajetória de um partido de direita no Brasil*. Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH - Universidade de São Paulo, 233 págs.;

AMORIM NETO, O. 2000. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais no Brasil. Dados – Revista de Ciências Sociais, v.43, n.3;

_____. 2007. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: CINTRA, A. O. & AVELAR, L. O sistema político brasileiro: uma introdução. 2ªed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, Ed. Unesp, p.131-141;

BENEVIDES, M. V. 1981. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 297 págs.;

_____. 1986. *Ai que saudade do MDB!*. Lua Nova vol.3 no.1 São Paulo Junho;

_____. 1989. *O PTB e o trabalhismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, CEDEC, 171 págs.;

BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JR, J. 2011. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? Opinião Pública, Campinas, v. 17, n. 2, Nov.;

BRAGA, M. do S. S., KINZO, M. D. G. (Orgs.) 2007. *Eleitores e Representação Partidária no Brasil*. São Paulo, Humanitas/CNPq;

CARREIRÃO, Y de S. & KINZO, M. D. 2004. Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 47, n. 1, pp. 131 a 168;

CHACON, V. 1998. *História dos Partidos Políticos Brasileiros* (3ª Edição). Brasília: Editora UnB, 811 págs.;

D'ARAUJO, M. C. 1996. *Sindicatos, carisma e poder. O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 190 págs.;

DELGADO, T. 2006. *A história de um rebelde*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães;

DINIZ, E. 1982. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra;

FLEISCHER, D. V. 1982^a. Apresentação à edição brasileira. In: Sartori, G. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Editora UnB;

_____. 1982^b. Political Party reform in Brazil within a context of Abertura. II Politico, 47(2):281-316;

_____. 1988. As desventuras da Engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário. In: Fleischer (org.), *Da distensão à abertura – As eleições de 1982*. Brasília: Editora UnB;

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. 1999. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro/São Paulo, FGV/FAPESP, 1999.

_____. 2007. Instituições Políticas e Governabilidade: Desempenho do Governo e Apoio Legislativo na Democracia Brasileira, in MELO, C. R., SAÉZ, M. A. (orgs.) *A Democracia Brasileira: Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, Ed. UFMG;

GRINBERG, L. 2009. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X;

HAGOPIAN, F. 1996. *Tradition Politics and regime change in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press;

HIPPOLITO, L. 2012. *De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)* 2ªEd. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 370 págs.;

KECK, M. 1991. *A Lógica da Diferença: O Partido dos Trabalhadores na Construção da Democracia no Brasil*. São Paulo: Ática, 358 págs.;

KINZO, M. D. G. 1980. Novos partidos: o início do debate. In: B. LAMOUNIER (org.), *Voto de desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Petrópolis: Vozes, p.217-262;

_____. 1988. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MBD, 1966 – 1979*. São Paulo: Vértice, 269 págs.;

_____. 1989. Quadro partidário brasileiro na Nova República. Documento de trabajo – Clacso, Buenos Aires;

_____. 1990. O quadro partidário e a Constituinte. In: B. LAMOUNIER (org.), *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: IDESP/Editora Sumaré;

_____. 1993. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Konrad Adenauer Stiftung, 122 págs.;

_____. 1996. *PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro*. St. Augustin (Alemanha): Konrad Adenauer Stiftung;

_____. 2001. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, 15(4), Dez., p.3-12;

LIMA JR, O. B. de. 1983. *Partidos Políticos Brasileiros 45 a 64*. Rio de Janeiro: Graal, 157 págs.;

_____. 1993. *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo: Loyola;

LOYOLA, M. A. 1980. *Os sindicatos e o PTB*. Petrópolis: Vozes;

- MARQUES, J. R. & FLEISCHER, D. V. 1999. De facção a partido: o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1987/1995). Brasília: Instituto Teotônio Vilela;
- MELHEM, C. S. e RUSSO, S. M. 2004. *Dr. Ulysses – o homem que pensou o Brasil*. São Paulo: Artemeios;
- MELO, C. R. & CAMARA, R. 2012. Estrutura da competição pela Presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. Dados (online), vol. 55, n. 1, PP. 71-117;
- MENEGUELLO, R. 1989. *PT – A formação de um partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 228 págs.;
- MUCINHATO, R.M.D. 2015. Um passo adiante, dois passos para trás: o PMDB de 1979 a 1982. Dissertação de mestrado – Departamento de Ciência Política, FFLCH/USP;
- PANEBIANCO, A. 2005. *Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 537 págs.;
- POWER, T. 1997. *The political right in postauthoritarian Brazil. Elites, Institutions and democratization*. University Park: Pennsylvania University Press, 284 págs.;
- POWER, T. & ZUCCO, C. (Orgs.). 2011. O Congresso Por Ele Mesmo: Autopercepções da Classe Política Brasileira. Belo Horizonte: UFMG;
- RIBEIRO, P. F. 2010. *Dos sindicatos ao governo. A organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdUFSCAR, 362 págs.;
- RIBEIRO, R. L. M. 2011. A Decadência Longe do Poder - Refundação e Crise do PFL. Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH - Universidade de São Paulo;
- ROMA, C. 1997. A social democracia no Brasil: organização, participação no governo e desempenho eleitoral do PSDB, 1988-1998 . Dissertação de mestrado, DCP – FFLCH – Universidade de São Paulo;
- SADEK, M. T. 1993. *Sistema Partidário Brasileiro: a debilidade institucional*. Instituto de Estudios Económicos, Sociais e Políticos, São Paulo; Working Paper n.72 – Barcelona;
- SAMPAIO, R. 1982. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global Editora, 183 págs;
- SARMENTO, C. E. 2002. O espelho partido da metrópole: Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-83): liderança, voto e estruturas clientelistas. Tese (Doutorado) - IfcsfUFRJ, Rio de Janeiro;
- SARTORI, G.1982. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: Editora Unb, 419 págs.;

SCHMITT, R. 2000. *Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 94 págs.;

SEGRILLO, A. 2005. *Rússia e Brasil em transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros na democratização política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 255 págs.;

SKIDMORE, T. E. 2004. *Brasil: De Castelo a Tancredo, 1964-1985*, 8ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 608 págs.;

VEIGA, L. F. 2007 Mudanças e Continuidades na Identificação Partidária e na Avaliação das Principais Legendas após 2002. *Opinio Publica*, v.13, n.2, p.340-365;

VIANNA, L. W. 1978. O Sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. *Cadernos CEDEC (1)*, São Paulo: Brasiliense, p. 8-35.

Outras fontes

Acervo Coluna Castello Branco – Jornal do Brasil

<http://www.carloscastellobranco.com.br/index.php>

Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV

<http://www.fgv.br/cpd/doc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>

Acervo Folha de S. Paulo

<http://acervo.folha.com.br/fsp>

Acervo O Estado de S. Paulo

<http://acervo.estadao.com.br/>